

## “ECONOMIA BRASILEIRA: ÁGUIA OU GALINHA”? O DEBATE ECONÔMICO PROPOSTO PELO INSTITUTO MISES BRASIL (2008-2021)

*“Brazilian Economy: Eagle or Chicken”? The economic debate proposed by the Mises Brasil Institute (2008-2021)*

Gustavo dos Santos Prado

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG), Cascavel, Paraná, Brasil

### Resumo

O texto se prontifica a analisar os artigos de economia da *think tank* anarcocapilista, conhecida como Instituto Mises Brasil. O trabalho usou como fonte 14 textos que podem ser encontrados na página do grupo. Parte-se da premissa que o Mises Brasil não tratou da questão econômica do Brasil dos últimos 10 anos de forma qualificada, o que é um contrassenso para um grupo que entende que só as relações de mercado seriam suficientes para harmonizar as relações sociais. Foram consultados mais de cinquenta artigos, que foram catalogados seguindo os critérios estabelecidos por Cruz e Peixoto (2007), que disciplinam o tratamento metodológico com fontes de imprensa ou de comunicação. O trabalho também usa como base as propostas da Análise do Discurso de Mikail Bakhtin (2011). De modo geral, o texto conclui que o Mises Brasil não reconheceu que os maiores ciclos de prosperidade econômica ocorreram em governos que tinham agendas intervencionistas.

**Palavras-chave:** Instituto Mises Brasil. Anarcocapitalismo. Economia.

### Abstract

The text is ready to analyze the economics articles of the anarchocapillaist think tank, known as Instituto Mises Brasil. The work used as a source 14 texts that can be found on the group's page. It starts from the premise that Mises Brasil did not deal with Brazil's economic issue in the last 10 years in a qualified way, which is nonsense for a group that understands that market relations alone would be enough to harmonize social relations. More than fifty articles were consulted, which were cataloged following the criteria established by Cruz and Peixoto (2007), which govern the methodological treatment with press or communication sources. The work also uses as a basis the Discourse Analysis proposals of Mikail Bakhtin (2011). Overall, the text concludes that Mises Brasil did not recognize that the greatest cycles of economic prosperity occurred in governments that had interventionist agendas.

**Keywords:** Instituto Mises Brasil. Anarcho-capitalism. Economy.

## INTRODUÇÃO

O último decênio da Nova República foi marcado pela disseminação de um discurso agressivo contrário ao Estado e favorável à iniciativa privada. Não que tal proposta não tivesse força na mídia desde a época da eleição de Fernando Collor de Melo.

A novidade está nas estratégias que passaram a ser adotadas: o uso de *think tanks* com forte apreço por princípios anarcocapitalistas. Cátia Miriam Costa (2017) coloca que as *thinks tanks* são instituições germinadas na sociedade civil organizada e, em regra, são financiadas por fundos privados; trazem à baila propostas políticas que se disseminaram rapidamente por disporem dinheiro na sua elaboração e uma projeção pública via redes sociais.

O desejo de exterminar com as estruturas do Estado é a matriz principal de uma *think tanks* anarcocapitalista. Seus integrantes se autointitulam libertários, com forte influência do economista norte-americano Murray Rothbard. O anarcocapitalismo propõe que o Estado é uma instituição agressiva que viola a liberdade e os direitos do cidadão, além de alegar que o mercado teria totais condições de oferecer aquilo que o Estado não faz ou executa mal. (PAI, 2018).

Pierre Dardot e Cristian Laval (2016) propõem que o neoliberalismo vem afundando os Estados e colocando as sociedades democráticas em colapso, não havendo resistência substancial para colocá-lo em xeque. Segundo os autores, o neoliberalismo foi interpretado na década de 1970 como ideologia e política econômica; contudo, essa face do capitalismo deveria ser problematizada como uma racionalidade, a qual valoriza “discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo princípio universal da concorrência” (p. 17).

Além de destruir as regras, instituições e direitos, o neoliberalismo vêm criando novas maneiras de viver a partir da formação de outras subjetividades, ao semear nos indivíduos a ideia de “modernidade” como sinônimo de competição generalizada para justificar o desmantelamento dos direitos sociais e valorar as assimetrias sociais (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 16) Todo o conteúdo do Mises Brasil alinha-se a esta perspectiva.

Organizações à direita ultraliberais emergiram na onda de Ronald Reagan; a primeira delas foi fundada por Antony Fisher, empresário britânico afeito às ideias de Friedrich Rayec:

a Atlas Network; na atualidade, só na América Latina, o grupo tem 79 sedes. No Brasil, há 12 delas, dentre as quais o Instituto von Mises Brasil. (PRADO, 2021, p. 80).

O IMB surgiu nos Estados Unidos no ano de 2007, no contexto da crise econômica, que foi produto do estouro da bolha imobiliária e do capitalismo especulativo. Trouxe em sua designação o nome de von Mises, um dos principais intelectuais da Escola Austríaca de Economia, que criou as bases do neoliberalismo.

Naquela época, o “IMB” defendia que o livre mercado nunca havia sido aplicado de forma plena, transferindo a responsabilidade da crise de 2008 ao Estado. (PAI, 2018, p. 174). Paradoxalmente, o alívio à crise deu-se quando os Estados passaram a atuar de forma coordenada para salvar as instituições bancárias, principalmente após a falência do Lehman Brothers. O governo Bush liberou na época 850 bilhões de dólares para estancar os problemas oriundos do próprio mercado. (PAGOT, 2014, p. 138).

Hélio Marcos Coutinho Beltrão é o presidente do Instituto Mises Brasil. Seu pai, Hélio Beltrão, ocupou várias pastas durante a “Ditadura Civil Militar” (DREIFUSS, 1987), além de ter atuado como secretário de desburocratização de João Batista de Oliveira Figueiredo. O líder do IMB aparece frequentemente na mídia dizendo que deseja semear as ideias do seu pai. Cristiano Chiocca e Fernando Chiocca também ajudaram Hélio a fundar o IMB.

Os irmãos Chiocca acabaram saindo do IBM e fundaram o Instituto Rothbard. Ao que parece, os “libertários” não aceitaram a aproximação de Hélio Beltrão com os integrantes do Partido Novo – que apareceu no cenário político recentemente com um discurso contrário ao Estado e favorável ao livre mercado (PAI, 2017, p. 31-32).

Desde então, o Instituto passou a escrever inúmeros artigos contra as gestões petistas. Realizaram vários congressos e reuniões. Acabaram unindo-se a liberais, conservadores e reacionários, durante a onda de protestos que impulsionaram o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. (PRADO, 2021, p. 81).

O artigo elencou o Mises Brasil como um problema por algumas razões. A primeira delas é compreender como se personifica o discurso anarcocapitalista no interior do IMB, refletindo especificamente a realidade econômica brasileira dos últimos dez anos; segunda, a volúpia de interações que existem em algumas publicações; terceira, a recepção que seus articulistas têm em setores da mídia brasileira, a exemplo da Jovem Pan; e quarta, a própria dinâmica interna do IMB com relação às suas formas de arrecadação e certificação dos seus alunos.

Todos os artigos foram organizados seguindo às premissas propostas por Cruz e Peixoto (2007). Dessa forma, os artigos foram identificados com título, subtítulo e datas limites de publicação. Atentos à proposta das autoras, a pesquisa também problematizou o Projeto Gráfico e Editorial do IMB, em especial, a movimentação e posicionamento político dos artigos na conjuntura na qual foram escritos e publicados. Eles foram os documentos principais tomados como fonte neste trabalho, que discutiu com catorze deles. A pesquisa, no geral, teve contato com mais de 50 publicações, desde 2008 até 2021.

O recorte temporal se deu por conta do início da ação do Instituto no país. Ele também permitiu questionar a posição do IMB em governos mais intervencionistas (Lula e Dilma), liberais (Michel Temer) até o mal-estar trazido pela gestão de Jair Bolsonaro, que vendeu a ideia de que faria um governo ultraliberal na área econômica, personificado na figura de Paulo Guedes.

O trabalho também usa como base a metodologia da Análise Dialógica do Discurso, trazida por Mikail Bakhtin (2011), que parte da premissa que toda linguagem se trata de uma interação, não existindo a possibilidade de qualquer conteúdo ser produzido de forma ingênua e neutra. Ao final, espera-se elucidar quais foram as propostas anarcocapitalistas que o Mises Brasil trouxe para as mazelas econômicas do país.

Justifica-se a escolha pela frequência que o IMB tratou da questão econômica. A *think tank* problematiza vários temas, mas nota-se, ao acessar a página, que o debate econômico é algo prezado pelo Instituto. No entanto, o leitor notará que é impossível discutir o tema sem uma explicação razoável do próprio anarcocapitalismo. A reflexão que segue procura aparar a aresta constatada.

## O ANARCOCAPITALISMO DO MISES BRASIL

"Menos Marx, mais Mises" foi uma máxima que estampou vários cartazes em manifestações de rua contrárias à Dilma Rousseff. Acuada pela crise econômica que assolava o país e o descontentamento de um eleitorado importante, personificado na figura de Aécio Neves (PSDB/MG), que nunca aceitou a derrota nas eleições de 2014, Dilma tornou-se alvo das *thinks tanks* anarcocapitalistas. (PRADO, 2021).

Ludwing von Mises (1881-1973) ganhou ares de novidade, embora suas propostas tenham sido implantadas no Ocidente com a ascensão de Ronald Reagan (Estados Unidos) e

Margareth Thatcher (Inglaterra). A dupla dilacerou o modelo de Estado de Bem-Estar Social, que vinha tendo resultados importantes até o Choque Mundial do Petróleo de 1973. (VICENTE, 2009).

Graduado em Direito e Economia, Mises sofreu forte influência de Carl Menger, fundador da Escola Austríaca. Ele tornou-se um crítico mordaz de David Ricardo e Stuart Mill, alegando que os intelectuais não valorizavam a ação dos indivíduos. (ROTHBARD, 2010).

Atrelando o valor das coisas à “ação humana”, Mises estruturou o modelo da “praxeologia”, segundo o qual os homens jamais podem estar satisfeitos com a sua situação; por conta disso, a ação humana levaria o homem sempre à competição com outros homens, melhorando a qualidade de vida de todos os indivíduos por meio das leis do livre mercado (MISES, 2010, p. 36-41).

Nessa seara também se tornou crítico severo de Karl Marx, seja por suas análises críticas ao capitalismo, bem como a leitura da história pela luta de classes. (MARX, 2001). Nas “Seis Lições”, Mises (2009) também destila sua ira a Maynard Keynes, conhecido economista britânico que tirou os Estados Unidos da Crise de 1929, por meio da intervenção estatal na economia via New Deal. Também tem ojeriza ao Estado de Bem-Estar Social.

Na essência, o neoliberalismo de Mises propõe ao Estado funções mínimas, ficando a seu cargo cuidar da segurança e da propriedade do sujeito. Nos dizeres do próprio autor: “o Estado utiliza o seu poder exclusivamente com o propósito de evitar que as pessoas empreendam ações lesivas à preservação e ao funcionamento regular da economia de mercado”. (2010, p. 315).

Murray Rothbard (1926-1995) é considerado por vários autores como o primeiro anarcocapitalista (PAI, 2018; COELHO, 2019; PRADO, 2021). O heterodoxo economista norte-americano coloca que o Estado pratica inúmeras formas de agressões; por isso, quem deveria garantir os direitos naturais seria o mercado, e não o Estado. (COELHO, 2019, p. 213). Segurança, proteção e justiça, seguindo Rothbard, deveriam ser privatizadas.

Rafael Pai (2018) problematiza o uso do termo “anarco” pelos “libertários”. Em seus trabalhos, o historiador discute as apropriações que o termo anarquia sofreu, visto que o anarquismo é um conhecido movimento histórico à esquerda, que desejava o fim do Estado, porém tinha asco à iniciativa privada. Coelho (2019), com certo eufemismo ao anarcocapitalismo, entende que ele é viável, elucidando em sua tese, como existe uma lógica anarcocapitalista no funcionamento dos *bitcons*.

Há várias interpretações que procuram realçar as diferenças teóricas de Mises e Rothbard; segundo a qual o economista norte-americano teria uma visão mais radical do anarcocapitalismo. Em que pese as diferenças, o Mises Brasil se coloca como uma página anarcocapitalista; inclusive publica textos traduzidos de Milton Friedman, F. Hayec, Huerta de Soto, Juan Rallo, Hans – Herman Hoppe e do próprio Murray Rothbard.

O Instituto von Mises Brasil propõe:

- I. Promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca;
- II. Restaurar o crucial papel das teorias, tanto nas ciências econômicas, tanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo.
- III. Defender a economia de mercado, a propriedade privada, e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade. (INSTITUTO MISES BRASIL, s.d).

O IMB ainda coloca que o Estado só protege os poderosos e os grupos de interesses, criam hostilidade e corrupção, limitam a propriedade e reprimem a livre expressão e as oportunidades dos indivíduos. Tal proposta ultraliberal advoga contrária ao neoliberalismo de Marcos Lisboa, Armínio Fraga e Pécio Arida, que tiveram espaço no cenário político e acadêmico brasileiro, defendendo pautas neoliberais nas últimas três décadas. (ROCHA, 2018, p. 140).

O que chama a atenção no excerto supracitado é a ênfase à teoria em contraste ao empirismo. Concorde-se com Rafael Pai (2017) de que a conduta do Mises Brasil cria uma interpretação metafísica da realidade. Para além disso, frisa-se que uma boa parte dos artigos do IMB não usam casos concretos; é comum na construção dos seus discursos anarcocapitalistas os articulistas usarem exemplos desconexos à realidade. No texto “Como o SUS está destruindo a saúde dos brasileiros”, Rafael Andreazza Daros traz um exemplo claro como o IMB é a antítese da empiria:

Imagine uma cidade do interior em que haja escassez de médicos, e estes cobrem 200 reais por consulta. Dificilmente alguém pagaria 200 reais por uma consulta apenas porque o filho está com uma dor de cabeça; o mais racional seria tentar alguns remédios caseiros e só levá-lo ao médico caso a situação se agrave. O que é uma boa notícia: isso poupará um tempo precioso para os médicos, que poderão usá-lo para tratar pacientes em estados mais graves ou que necessitem de um atendimento mais urgente. (2014, s.p.) (DAROS, 2014)

Mikhail Bakhtin ensina em um discurso: “o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal (...), mas também, por sua construção composicional” (1997, p. 280). Ora, o texto de Rafael Daros é deslocado da realidade. Não traz dados concretos, procura elucidar a realidade com “achismos” e com um enorme esforço de retórica para garantir ao leitor uma interpretação segundo a qual o Sistema Único de Saúde (SUS) – ou seja, o Estado – é uma instituição falida, onerosa e inútil à sociedade brasileira.

Ademais, soa estranha a posição do articulista diante de sua própria superficialidade pelo fato de que uma pessoa não necessite recorrer a um médico por conta de uma simples dor de cabeça. Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 150 milhões de brasileiros dependem do SUS; fora que o autor incita os leitores à automedicação, prática que é condenada por qualquer indivíduo que tenha formação médica. Estimulou seus leitores a aventarem que o SUS e todos os seus profissionais seriam nocivos à saúde dos brasileiros.

Todos os artigos do IMB seguem uma estrutura similar. Desejam o fim do Estado, não reconhecendo qualquer tipo de serventia dele e dos funcionários públicos. Lew Rockwell (2014), em seu texto “Por que ser um anarcocapitalista” toma como base um fragmento de Rothbard que diz sobre o “Estado”:

O estado fornece um meio legal, ordeiro e sistemático para a depredação da propriedade privada; ele torna certa, segura e relativamente "pacífica" a vida da casta parasita na sociedade. Dado que a produção sempre deve preceder qualquer depredação, conclui-se que o livre mercado é anterior ao estado. O estado nunca foi criado por um "contrato social"; ele sempre nasceu da conquista e da exploração. (ROTHARD, s.d.).

Interessante notar como o anarcocapitalista norte-americano entende que o Estado não derivou de qualquer tipo de contrato social. Nega tradições filosóficas de Hugo Grotius, Thomas Hobbes e até de liberais, como John Locke, Charles de Montesquieu e o próprio Kant. Coelho (2019) propõe que anarcocapitalistas têm a tendência de considerar qualquer tipo de intervenção estatal como uma forma de “comunismo”; no entanto, Rockwell, ao endossar os argumentos de Rothbard, procura externar que a base filosófica da formação do Estado Moderno não levou ninguém à liberdade, uma vez que o Estado nessa lógica teria sobrevivido à custa do roubo canalizado nos impostos.

Rothard também usa os termos “súditos” e “parasitas”. O primeiro procura associar que qualquer indivíduo que segue as leis do próprio país seria um indivíduo que viveria alheio a qualquer liberdade; já o segundo associa funcionários públicos a “parasitas”, pois não produziram qualquer tipo de riqueza ou trabalho em prol do tecido social. Ambos os termos citados pelo economista norte-americano começaram a aparecer com certa frequência no debate político brasileiro: houve uma rispidez ao Estado e ao corpo de funcionários públicos.

Pai (2018) argumenta que o objetivo dos anarcocapitalistas não é destruir o Estado, mas sim de colocar o mercado no lugar dele, criando uma sociedade intransponível às camadas populares, evitando assim que os pobres participem da vida política (p. 65). No entanto, a própria tradição marxista ensina que o Estado está a serviço dos grupos economicamente dominantes. O que se nota no anarcocapitalismo, via *think tanks*, é algo mais agressivo: promover um processo de circularidade cultural (BATKTHIN, 1993), que enfatiza a necessidade de destruir toda a estrutura do Estado, na qual o Ocidente demorou séculos para construir.

O IMB possui um *layout* bem-organizado. Tem interfaces com Youtube, Instagram, Twitter, Facebook. Também contempla uma boa quantidade de conteúdos em formato de *podcasts*. Vende camisetas e canecas com conteúdos anarcocapitalistas. Oferta cursos como Mises Brasil Summer School, que visa disseminar conteúdos libertários. Seu valor gira em torno de R\$ 900,00.

Também conta com o Mises Academy, com pós-graduação em: Negócios, Inovação e *Startups*; Direito, Ciência Política e Liberalismo e Economia da Escola Austríaca. A pesquisa consultou o curso Direito, Ciência e Política. O IMB vende a 18 parcelas de R\$ 994,44. Não é possível com as fontes consultadas perceber a volúpia de alunos; no entanto, frisa-se que a *think tank* brasileira é bem-organizada; é muito difícil uma publicação que não tenha mais de 100 comentários – o que denota certo engajamento dos usuários com conteúdos anarcocapitalistas.

## “ECONOMIA BRASILEIRA: ÁGUIA OU GALINHA”? O DEBATE ECONÔMICO PROPOSTO PELO INSTITUTO MISES BRASIL (2008-2021)

Marcelo Curado reconhece os avanços econômicos substanciais que foram conquistados durante a Era Lula (2003-2010). Marcada pela retomada do crescimento econômico, a taxa média de expansão do PIB foi de 4,2% a.a. Em 2010, o crescimento do PIB foi superior a 5 % a.a. Para além do crescimento econômico, foi reconhecido internacionalmente uma melhora nos indicadores da renda e distribuição da riqueza. Dados do IPEA mostram um recuo da pobreza de 12% para 7%, nos períodos compreendidos de 2005 a 2009 (2001, p. 91-93).

Leandro Roque, em 2009, em artigo intitulado “A ficha ainda não caiu em Brasília”, fez a seguinte leitura daquele cenário:

O presidente do Ludwig von Mises Institute, Lew Rockwell, cunhou aquilo que hoje é batizado como a Lei de Rockwell: "Sempre acredite no oposto daquilo que o governo diz, e sempre faça o oposto daquilo que ele recomenda."

Não tem erro.

Como Ludwig von Mises já explicou, uma expansão econômica artificial, como a que o Brasil acabou de vivenciar, provoca um efeito psicológico maléfico nas pessoas. Acostumadas com o crescimento anormal, elas passam a crer que este será duradouro – ou que, na pior das hipóteses, pelo menos será longo.

O que parece não ocorrer ao governo brasileiro e também à boa parte da imprensa, é que os bons números macroeconômicos que o Brasil apresentou em 2007 e 2008 eram absolutamente fictícios, impossíveis de serem sustentados por muito tempo. Nossos números só foram bons porque a economia mundial passava por um período de expansão – também artificial – sem qualquer precedente em sua história. É isso que ninguém parece aceitar. (ROQUE, 2009).

Bakhtin coloca que a totalidade do discurso ocorre quando há um tratamento exaustivo do objeto de sentido pelo interlocutor, que tem como intuito colocar-se como certo em seu “querer dizer” (1997, p. 299). No caso, fica claro que o articulista não concebia crescimento econômico e redução da pobreza como produtos diretos de políticas públicas e da própria intervenção estatal em setores da atividade econômica.

Por conta disso, Roque esforça-se em trazer aos leitores para não acreditarem nos números oferecidos pelo Estado, e que os bons indicadores da economia eram reflexos diretos do bom andamento da economia global. A redução da pobreza, em sua visão, criou

um “efeito maléfico” na vida das pessoas. A expressão usada é como se fosse um novelo de várias pontas; logo, puxando uma delas, a pesquisa entende que o autor coloca como maléfico a redução dos indicadores da pobreza, que foram conquistados no período, simplesmente porque aqueles foram produtos diretos de políticas públicas, e não da ação direta do livre mercado. Parafraseando o autor, parece não aceitar que o anarcocapitalismo é utópico.

O IMB também se tornou extremante crítico às gestões de Dilma Rousseff, ainda mais devido ao cenário de crise de 2008, que começou a cobrar a fatura em seu segundo mandato. Independentemente do cenário caótico, a culpa das mazelas econômicas do país passou a ser transferida para as ações do governo. O artigo de Fernando Ulrich “O que deu errado no Brasil e o que está por vir” assevera:

De acordo com as mais recentes estimativas, a economia brasileira deve apresentar um crescimento do PIB de não mais do que 1% em 2012. Os números recentemente divulgados para o terceiro trimestre surpreenderam negativamente o governo, o qual, segundo as palavras do próprio ministro Guido Mantega, havia previsto um crescimento anualizado de 2% — e tudo isso apenas três dias antes de o IBGE divulgar seus dados. Com efeito, o pavoroso histórico de Mantega em prognosticar os números da economia solapou sua credibilidade a tal ponto, que a revista britânica *The Economist* abandonou seu notório entusiasmo em relação ao Brasil e sugeriu a Dilma que demitisse Mantega de seu cargo na Fazenda. Alguns argumentam que a culpada de tudo é a crise financeira mundial. Mas, se é assim, então como é que outras economias emergentes estão crescendo muito mais rápido que o Brasil? Similarmente, poderíamos argumentar que o acentuado crescimento da economia brasileira em 2010 deveu-se a uma pujante economia global, certo? Seria a atual situação culpa da China e seu mais vagaroso crescimento? Muito difícil e ilógico, pois o superávit comercial do Brasil em relação à China é de apenas 0,6% do PIB. Logo, ao contrário do que se imagina, as dificuldades brasileiras não devem ser procuradas no exterior. Os problemas brasileiros são domésticos. E Brasília está no epicentro desta situação aflitiva. (2012).

Muda-se o foco analítico. Fernando Ulrich retirou de seu texto qualquer efeito da crise de 2008 do país. Reconheceu, somente, que os problemas seriam de ordem doméstica, visto que o PIB de economias emergentes tinha ficado superior ao brasileiro. Colocar a culpa na inflação dos preços, no controle dos créditos bancários pelo Estado e na situação fiscal das contas do governo. Com argumentos endossados por tabelas e gráficos, o articulista do IMB reiterou que a crise brasileira em 2012 era essencialmente doméstica.

Monica de Bolle (2017) argumenta que Dilma optou em manter o investimento em políticas sociais mesmo com a crise econômica: “É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade da renda e do desenvolvimento regional” (p. 20), disse a presidenta.

A economista cita que em vez de Dilma conseguir executar o Programa de Aceleração do Crescimento, que canalizava boa parte das pretensões presentes em seu discurso, a taxa de crescimento entrou em níveis irrisórios, sem contar os escândalos envolvendo a Petrobras, que tinham a participação direta de empresas que iriam executar as obras do PAC. (BOLLE, 2017, p. 21). A nomeação de Joaquim Levy, doutor ultraliberal pela Escola de Chicago, como Ministro da Fazenda, esfacelou a base eleitoral combativa que Dilma teve durante todo o processo eleitoral.

No entanto, é interessante ao leitor comparar os dois discursos produzidos pelo IMB: quando uma gestão mais intervencionista na área econômica da resultado (caso do ex-presidente Lula), o bom fruto colhido é produto de um cenário externo favorável; já quando a economia derrapou devido a inúmeros problemas externos e estruturais, caso da Crise de 2008, a culpa da péssima semente foi de Dilma Rousseff e Guido Mantega, exclusivamente. De um ponto de vista discursivo, o IMB ficou preso em sua própria metáfora anarcocapitalista, afinal, foi impossível o Estado errar sempre ou o mercado acertar sempre.

Sem contar que os ditos emergentes, elogiados pelo autor, foram e ainda são governados por indivíduos ou partidos alheios a formas de liberalismo mais puro, tão defendido pelo IMB. Ademais, anarcocapitalistas têm a certeza de que as ações do livre mercado sempre diminuem os indicadores de pobreza, como bem trabalha Coelho (2008, p. 200); tal imperativo é visível também em von Mises (2010).

Nas eleições de 2014, o IMB tratou de elogiar políticos que tinham pautas mais liberais. Joel Pinheiro da Fonseca (2014), em seu texto “Não basta privatizar – tem que desregulamentar e liberalizar”, elogiou o Pastor Everaldo por ter anunciado que iria privatizar a Petrobrás. Também elogiou Levy Fidelix que defendeu a privatização das prisões. Chamou a atenção do artigo o fato de o articulista ter elogiado o candidato a deputado, em 2014, Paulo Batista, empresário que ficou conhecido por combater o comunismo com seu “Raio Privatizador”.

Com o *impeachment* concretizado e ascensão política de Michel Temer, tendo como Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o IMB viu a chance de o país sair da agenda mais

intervencionista para outra mais liberal. Ubitaran Jorge Iorio (2016) em “A questão do ajuste fiscal: somos economistas ou contadores? – e o que deve ser feito” propôs várias medidas que deveriam ser adotadas: privatizações em massa, reforma tributária profunda, inserção sem ideologia na economia global, fim das agências reguladoras, reforma da previdência, reforma trabalhista e reforma política. Colocando-se como “desconfiado”, Iorio deve ter ficado feliz quando Michel Temer mutilou a CLT e quase emplacou a Reforma da Previdência, que foi aventada, até a greve dos caminhoneiros que pegou o governo de surpresa.

Luiz Eduardo Afonso (2017) reconhece que a ascensão de Michel Temer se deu por uma sinalização do então presidente de que seria necessário um reajuste das contas públicas. Contudo, a Reforma Trabalhista foi pensada contra trabalhadores e sindicatos, uma vez que as convenções foram substituídas pelo acordo direto entre empregador e empregado; para piorar, diminuiu a ação da própria Justiça trabalhista. (AROUCA, 2018)

Os escritores do IMB sempre atestaram que as medidas neoliberais fossem boas para o “Brasil”, embora tragam um forte traço individualista e narcisista (PRADO, 2021); os seus articulistas não estavam, de fato, preocupados com o país, mas viram na fragmentação do lulopetismo a possibilidade de defender reformas econômicas radicais, que deterioraram a condição de vida e trabalho de grande parte da população brasileira. Tabelas, gráficos e argumentos retóricos simulam uma espécie de altruísmo do IMB, que tal como qualquer discurso “ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação verbal relativa a um dado problema, a uma dada questão”. (BAKTHIN, 1997, p. 316).

Por isso o eufemismo com Paulo Guedes. Escolhido por Jair Bolsonaro como superministro da economia, o “Chicago Boy” foi a representação mais bem acabada do ódio de classes, oriundo de um pacto antipopular insuflado pelo capitalismo financeiro, que enleou as elites e as classes médias (SOUZA, p. 120).

Elogiando o legado de Michel Temer, tais como Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista, a queda da inflação e a lei de terceirização, Leandro Roque (2019) no artigo “Os Quatro nós que Bolsonaro e sua equipe terão de desatar” indicou que Bolsonaro havia herdado uma economia mais controlada do que Michel Temer e que tinha a obrigação de conter os gastos públicos:

Igualmente importante é acabar com a participação do estado na economia, desestatizando estatais, ampliando a atuação do setor privado em todas as áreas (em infraestrutura é crucial) e abolindo os conluíus

corporativistas entre estado e grandes empresas, que tantas desgraças trouxeram ao país.

Acima de tudo, é crucial liberalizar amplamente nossos setores produtivos, facilitando o empreendedorismo (sem o qual não há empregos nem salários).

Para a economia voltar a crescer, os políticos e o estado brasileiro terão de encolher.

Ao menos Paulo Guedes parece saber disso. (2019, s.p.).

A confiança do IMB em Paulo Guedes é evidente. Seus integrantes com o “Superministro” já discutiram propostas neoliberais no Instituto Millenium. Em outro texto, Leandro Roque critica os gastos da “socialdemocracia” e exalta o corte de gastos promovido por Guedes. Em sua defesa, que se mesclou a do Ministro, disse:

Não se trata, portanto, de insensibilidade ou de “maldade neoliberal” clamar pela redução profunda do estado. É apenas uma questão de se reconhecer a realidade: sem reformas previdenciárias e tributárias e, acima de tudo, sem um profundo corte de despesas do estado — que no mínimo corrija seu tamanho para níveis condizentes com a renda per capita do brasileiro (que o sustenta) —, a implosão econômica é inevitável. E aí as consequências sociais são totalmente imprevisíveis. (ROQUE, 2019).

Coelho (2019, p. 199) assevera que os pobres poderiam contar com o assistencialismo dos ricos, caso estes conseguissem livrar-se do Estado. O próprio Mises defendeu que crises econômicas geralmente ocorrem por conta da falta de poupança dos mais pobres, e o que importaria seriam as medidas para que o mercado voltasse a ter “harmonia” (2009, p. 26). Leandro Roque procura trazer um certo ar humanístico a Paulo Guedes, que já demonstrou em várias declarações públicas que a pobreza seria algo natural e absolutamente tolerável; intolerável seria a participação dos mais pobres na própria atividade econômica.

A Reforma da Previdência foi implantada com a alcunha de trazer o equilíbrio fiscal com o crescimento econômico. No entanto, Eduardo Fagnani cita que houve um debate desonesto, deixando à margem da discussão os subsistemas previdenciários; pior, não alterou a fatia mais pesada da Previdência Social, que envolveu justamente os militares e os membros do sistema judiciário. Além disso, a reforma não levou em conta a brutal desigualdade regional que existe no país. Por fim, o autor constata que não se levou em conta o acelerado processo de informalização do mercado de trabalho, que ocorreu a partir das reformas de Michel Temer (2019).

O problema foi que a pandemia da Covid-19 e as medidas de distanciamento social forçaram o Estado a adotar medidas odiadas pelos libertários. Roberto Ellery (2019) em seu texto “Liberar o FGTS é, acima de tudo, uma medida ética e moral” alega que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado na gestão do ex-presidente militar Humberto de Alencar Castro Branco, durante a Ditadura Civil Militar (DREIFUSS, 1987), rende pouco ao trabalhador, pois o “Estado pega emprestado esse dinheiro e lhe paga juros de míseros 3% ao ano”. Paulo Guedes desejava estimular o consumo interno que foi solapado pela crise econômica proveniente da pandemia; no entanto, o escritor do IMB trata a ação como se fosse a devolução de um “produto que foi roubado e, para piorar, ainda foi depreciado”.

Não há críticas diretas à medida econômica de Paulo Guedes, que se tratou de uma intervenção estatal importante na área econômica. Contudo, o superministro foi gradativamente cedendo às pressões de Jair Bolsonaro: o projeto de privatizações não decolou, houve o aumento de emendas parlamentares para conquistar o apoio dos partidos de centro, que deram a base no Congresso Nacional, enquanto o presidente manteve a sua retórica radical a assuntos relacionados à pandemia, atos antidemocráticos e discursos ríspidos contra o Supremo Tribunal Federal. Ampliou o salário das Forças Armadas...

Não tardou o IMB iniciar as críticas ao “superministro”. Antony P Geller em seu texto: “Aviso ao Ciro Guedes: uma moeda desvalorizada é um ataque direto ao padrão de vida da população”.

Quem poderia imaginar que Ciro Gomes assumiria o comando da economia? Pois foi o que ocorreu. A atual política cambial defendida por Paulo Guedes (e chancelada pelo Banco Central) é uma cópia esculpida em carrara daquela que sempre foi defendida por Ciro (...)

Guedes passou até a falar abertamente em substituição de importações, algo que remete a Luiz Carlos Bresser-Pereira. Não é à toa que o pedetista já até deu uma amaciada, e passou a elogiar abertamente alguns pontos da atual política econômica. Por uma questão de justiça, Ciro deveria até ganhar algum cargo na área econômica do governo, em homenagem ao fato de algumas de suas ideias estarem sendo desavergonhadamente copiadas. (GELLER, 2020).

Paulo Guedes deu várias declarações públicas dizendo que a realidade do Brasil de Jair Bolsonaro seria a de câmbio alto e inflação baixa. Antony Geller vê que o Ministro da Economia desvalorizou o real de forma proposital, intervindo na área econômica. O texto o associa a Bresser-Pereira e a Ciro Gomes. O primeiro ficou conhecido por defender a

intervenção estatal na área econômica, via “Teoria novo desenvolvimentismo”, com forte influência de Maynard Keynes. (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O economista foi ministro de José Sarney, propondo na ocasião o Plano Bresser que congelou salários e desvalorizou a moeda – o cruzado – em relação ao dólar. A ideia central estava em conter a espiral inflacionária (ALMEIDA, 2011, p. 68-69). Chama a atenção, contudo, Antony Geller aproximar o nome de Paulo Guedes a Ciro Gomes; a única explicação plausível seria a intervenção do Estado na área econômica, defendida pelo segundo. Ele tornou-se um crítico agudo a Paulo Guedes, inclusive, previu em várias entrevistas que o dólar subiria na casa dos R\$ 5,50, caso Bolsonaro vencesse as eleições.

Como a “variedade dos gêneros do discurso pressupõem a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve” (BAKTHIN, 1997, p. 291), o IMB foi obrigado a se posicionar com relação ao Ministro da Economia, que veio adotando várias medidas de causar arrepios a qualquer neoliberal:

Phineas Gage era competente detonador de explosivos para as Estradas de Ferro Rutland & Burlington em Vermont. Porém, em 1848, teve sua cabeça atravessada por uma barra metálica de um metro de comprimento e seis quilos depois de acionar prematuramente o detonador.

Para a surpresa de todos, Gage sobreviveu ao rombo no cérebro.

Depois de alguns dias caminhava normalmente, utilizava as mãos com firmeza e não demonstrava dificuldades em comunicar-se.

Mas sofreu alterações em sua personalidade, e passou a falar coisas que surpreendiam àqueles que o conheciam. Morreu pouco mais de uma década depois, com poucos amigos.

Estará Paulo Guedes se tornando um Phineas Gage do planalto central? Serão o 'centrão' e o sistema a sua barra de ferro?

O homem que sustentou o discurso liberal da campanha de Jair Bolsonaro e angariou apoio popular às suas promessas de reformas, privatizações e enxugamento do estado deu lugar a outro Paulo Guedes com falas anormais: cúmplice de aumento de gastos, do centralismo fiscal e do aumento da arrecadação. (BELTRÃO, 2020, s.d.)

O fragmento acima foi extraído de um texto de Hélio Beltrão (2020) “Afim, o que houve com Paulo Guedes?”. O presidente do IMB associou o Ministro a um sujeito que sofreu alterações de personalidade após um acidente de trabalho. Nota-se uma certa frustração de Hélio, afinal, bancou e apoiou a eleição de Jair Bolsonaro. Na realidade, se fosse feita uma análise mais criteriosa, Paulo Guedes ganhou mídia por defender o neoliberalismo agressivo que o IMB tem afeição.

No entanto, o Ministro desconhece por completo a complexidade econômica do Brasil, as disparidades regionais e os problemas da concentração de renda. Não possui ensaios, artigos ou livros publicados que tratassem da realidade nacional antes das eleições. Ganhou a vida na base da especulação; não foi discutido na academia brasileira, como os economistas citados ao longo deste texto.

Hélio Beltrão ainda no texto chama o Ministro em “liberal em desconstrução”. Contudo, o presidente do IMB não constatou coisas óbvias. Paulo Guedes teve uma aparição pública e política após tornar-se Ministro; mesmo falacioso, é ouvido pelo cargo que ocupa por ora. Para manter o “prestígio”, foi obrigado a ceder às pressões de Jair Bolsonaro, que foi apoiado pelo IMB, mesmo tendo uma trajetória parlamentar pífia, desconhecendo as raízes dos problemas nacionais.

O IMB é cúmplice à medida que não teceu críticas mais agudas ao chefe do Poder Executivo, tal como fez com Dilma ou Lula. Era de conhecimento de todos que Jair Bolsonaro jamais foi liberal; criou uma casta envolvendo as Forças Armadas, sendo o governo que mais promoveu a ascensão de militares em cargos civis. (PRADO, 2021). Fernando Cássio e Marcos Bueno Filho analisaram os conteúdos produzidos pelo Ministro e notaram que ele é o mais bolsonarista de todos os laureados por Jair Bolsonaro, a tal ponto que indicam que o caminho mais fácil para entender o Superministro da Economia é entender Jair Bolsonaro (2020).

Impossível exigir autocrítica do *think tank*, uma vez que a sua proposta anarcocapitalista é empiricamente irreal; vai contra qualquer tipo de tradição filosófica, econômica ou histórica. Mesmo deslocados da realidade, os libertários ganharam terreno, haja vista que boa parte dos seus articulistas ocuparam recentemente espaços na mídia, a exemplo de Rodrigo Constantino e o próprio Hélio Beltrão.

Com a polêmica aprovação recente da PEC dos Precatórios, que visou subsidiar o Auxílio Brasil, programa de auxílio mais robusto, porém menos estruturado que o extinto Bolsa Família, Hélio Beltrão (2021) a chamou de “PEC Fura-Teto”, “PEC Eleitoreira” ou “PEC da Irresponsabilidade Fiscal”. No texto “A PEC dos Precatórios e a casta político-rentista: os ganhadores e os perdedores”

Beltrão exalta a proposta do Teto de Gastos do então presidente Michel Temer, dizendo que ela diminuiu o impacto do “desastre do governo Dilma”. Mais crítico a

Bolsonaro, Hélio Beltrão disse que o presidente reviveu a “Jurobras” “cujo objeto é “(a) sugar poupança do setor produtivo para financiar rentista e (b) exportar capital nacional”.

Jair Bolsonaro governou em três anos de mandato justamente para agradar os rentistas. É isso que ainda sustentou o seu governo até aqui; sua trajetória eleitoral foi marcada pela vitória desse grupo econômico. Como bem assinala Alexandre Guerra (2019), a vitória de Jair Bolsonaro representou a tomada do rentismo das estruturas do Estado, vide a quantidade de cargos da área econômica que foram “preenchidos por gente mais próxima do mercado de capitais (gestores da riqueza privada) do que do mercado financeiro propriamente dito”. (p.9)

Para o bem ou o mal, a estratégia montada por Paulo Guedes manteve o governo de Jair Bolsonaro em pé. O texto não descarta, obviamente, o apoio dos ruralistas, evangélicos e das Forças Armadas. No entanto, a costura política do atual governo já deveria sofrer enormes críticas dos ditos “anarcocapitalistas”, “libertários” ou qualquer outra nomenclatura. Mas não houve.

Bakhtin ensina que o discurso por meio do seu conteúdo “propõe fronteiras que são claramente delimitadas” (1997, p. 293). Para o texto, a fronteira delimitada pelo IMB foi clara: defende-se algo que é empiricamente irreal. Luta-se com afinco por algo que não existe na realidade. Talvez, isso explique a letargia do Mises Brasil com relação a críticas mais profundas a Guedes ou a Bolsonaro – que possuem uma trajetória histórica avessa a qualquer premissa em torno da própria liberdade.

## APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Piotr Aleksevitch Kropotkin foi um dos mais importantes integrantes do movimento anarquista. Filho do príncipe Aleksei Petrovich, renunciou a sua herança e benesses aristocráticas, pois acreditava no anarquismo. Durante a Revolução Russa, discordou das medidas violentas adotadas por Lênin: “rechaçar esta colaboração e confiar tudo ao gênio de ditadores de partido é destruir os centros independentes de nossas vidas”. (KROPOTKIN, s.a. Apud: SAMIS, 2007)

Não é função de o texto dizer que Rothbard tem ou terá a mesma importância de qualquer integrante do movimento anarquista; no entanto, o ato do anarquista russo em se desvincular de um Estado que em sua leitura estava com o rumo errado é impensável,

quando se reflete a realidade da elite brasileira. Ela opera como uma ave de rapina, como bem sinaliza Jesse Souza (2019).

O discurso do Mises Brasil pode seduzir uma parcela importante do eleitorado. No entanto, faltam exemplos práticos, empíricos, de como os princípios anarcocapitalistas poderiam ser implantados em um país no qual a elite usurpa o Estado a todo instante. Analisando os discursos do IMB na área econômica, eles soam como altruístas e modernos, mas guardam tradições com o arcaico e o atraso, que é uma característica própria da economia nacional.

Enquanto Hélio Beltrão critica Paulo Guedes por agradar somente a rentistas, o IMB publicou um texto com Antony Mueller e Robert Murphy (2021), que elogiam os especuladores, pois seriam fundamentais para o bom andamento da atividade econômica. O texto reconhece que há várias interpretações dentro do anarcocapitalismo, mas o presidente do Instituto é Hélio Beltrão; logo, se foi publicado pelo IMB o artigo, entende-se que ele concorda com isso; portanto, suas críticas a Paulo Guedes foram um esforço de retórica para manter a fidelidade do seu público, que não concorda com as recentes medidas econômicas de Jair Bolsonaro.

É nítido que o IMB desejava um presidente que emplacasse reformas tal como fez Michel Temer, que mutilou os direitos trabalhistas e colocou uma trava nos investimentos públicos em mais de 20 anos, via PEC do Teto de Gastos. Bakthin insinua que “o discurso pode se tornar íntimo à medida que procura criar uma confiança profunda no destinatário, na sua simpatia, na sensibilidade e na boa vontade de sua compreensão responsiva”. (1997, p. 323).

O que ficou claro é a tentativa do IMB de propor a destruição do Estado; não respeitam qualquer tipo de pacto social e têm despreço pela democracia. Por vias retas, ajudaram a eleger o chefe do Poder Executivo, que tem as mesmas intenções.

Leandro Roque (2018) propôs em 2018 um texto “Economia brasileira: água ou galinha? – Aprendendo a prever os ciclos econômicos”. O principal argumento do autor é que a economia pode estar indo bem, até um Estado interventor agir nela de forma mais ativa. Rompe-se, assim, com o ciclo de prosperidade. A pesquisa concorda com o autor que o último decênio da história econômica brasileira foi uma espécie de “voo de galinha”; contudo, o autor esconde que a economia nacional teve um “voo de águia” em governos essencialmente mais intervencionistas.

Lula fez dois mandatos economicamente incríveis, tanto é que conseguiu emplacar a candidatura de Dilma Rousseff. O Mises Brasil não reconheceu isso e atribuiu o sucesso ao cenário externo; quando a economia se esfacelou no segundo mandato de Dilma Rousseff, a culpa foi só dela e não da crise de 2008.

Paulo Guedes, nítido “traidor” da causa neoliberal (nem que seja por oportunismo político), na visão do texto foi poupado de várias críticas que poderiam ser feitas, seja por conveniência, desilusão, ilusão ou falta de uma leitura crítica da realidade.

O Mises Brasil não produz um conteúdo honesto no que se refere à questão econômica, pois deseja iludir seus leitores e consumidores dos seus cursos de que é possível formar um país sem Estado, regulado somente pelas leis do mercado. Esqueceram de combinar com os russos, no caso, a elite nacional que é essencialmente antiliberal. Não ao acaso, os ciclos de crescimento econômico mais robusto, seja em um recorte de curta ou média duração, se deram com uma forte intervenção estatal na área econômica, com seus prós e contras, acertos e erros. Não houve por aqui “voo de águia” sem intervenção estatal.

Talvez, falte ao Mises Brasil fazer um balanço crítico de quase 12 anos de existência; inclusive para que as pautas do grupo, tais como neoliberalismo, privatizações etc., entrem em uma seara mais concreta ou empírica. Caso contrário, continuarão alheios ao debate acadêmico sério e qualificado, vendendo cursos e canecas que nada mais servem além de vender ilusões ou estimular o clima apolítico que existe no tecido social brasileiro. Vide o comportamento das classes médias nos últimos anos.

Na essência, diante do atual cenário, a *think tank* promoveu em seus artigos um mar de desilusão, a que tanto criticam, quando é supostamente promovida por governos intervencionistas.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Luís Eduardo. Reforma Temer: Os impactos da PEC no 287/2016 sobre o RGPS, p. 253-284. In: NEGRI, João Alberto; ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo. *Desafios da Nação: Artigos de Apoio*. Brasília: Ipea, 2018.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil (1978-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

- AROUCA, José Carlos. Reforma Trabalhista do Governo Temer. Inconstitucionalidade explícita e reação. *Direito UNIFACS – Debate Virtual*. n. 257, 2019.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/ Brasília: HUCITEC/ EDUNB, 1993.
- BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BELTRÃO, Hélio. A PEC dos Precatórios e a casta político-rentista: os ganhadores e os perdedores. *Mises Brasil*. 27/10/2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3382/a-pec-dos-precatorios-e-a-casta-politico-rentista-os-ganhadores-e-os-perdedores>. Acesso em: 18/12/2021.
- BELTRÃO, Helio. Afinal, o que houve com Paulo Guedes. *Mises Brasil*. 12/8/2020. Disponível em: <https://mises.org.br/article/3282/afinal-o-que-houve-com-paulo-guedes>. Acesso em: 18/12/2021.
- BOLLE, Monica Baumgarten de. *Como matar a borboleta azul*. Uma crônica da era Dilma. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos de desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.11, n.19, p. 145-165, 2016.
- CÁSSIO, Fernando; BUENO FILHO, Marco Antonio. “Professor” de Jair, Paulo Guedes é o mais bolsonarista dos ministros. *Portal UOL*. 8 de julho de 2020, s.p.
- COELHO, Jóni Cardoso. Os fundamentos filosóficos do anarcocapitalismo rothbardiano. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Letras da Universidade de Porto, Portugal, 2019.
- COSTA, Cátia Mirim. A comunicação mundializada. Utilização e manipulação da informação e da comunicação. *Janus*, 2017.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: Conversas sobre a História e Imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 35, p. 253-269, 2007.
- CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *Revista Economia & Tecnologia*. Curitiba – PR, Ano 07, volume especial, 2011, p. 91-104.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAROS, Rafael Andrezza. Como o Sus está destruindo a saúde dos brasileiros. *Mises Brasil*. 27/4/2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1849/como-o-sus-esta-destruindo-a-saude-dos-brasileiros>. Acesso em: 17/12/2021.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação, política, poder e golpe de classe*. Tradução de Ayesca Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira, Glória Maria de Mello Carvalho. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1987.

ELLERY, Roberto. Liberar o FGTS é, acima de tudo, uma medida ética e moral. *Mises Brasil*. 5/8/2019. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3041/liberar-o-fgts-e-acima-de-tudo-uma-medida-etica-e-moral>. Acesso em: 18/12/2021.

ESTADÃO, IBGE. Acesso à saúde: 150 milhões de brasileiros dependem do SUS. 23/9/2020. Disponível em: <https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/acesso-a-saude-150-milhoes-de-brasileiros-dependem-do-sus/>. Acesso em: 17/12/2021.

FAGNANI, Eduardo. *Previdência, o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

FONSECA, Joel Pinheiro. Não basta privatizar – tem de desregularmentar e liberalizar. *Mises Brasil*. 1/9/2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1927/nao-basta-privatizar--tem-de-desregularmentar-e-liberalizar->. Acesso em: 17/12/2021.

GELLER, Anthony P. Aviso ao Ciro Guedes: uma moeda desvalorizada é um ataque direto ao padrão de vida da população. *Mises Brasil*. 14/2/2020. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3223/aviso-ao-ciro-guedes-uma-moeda-desvalorizada-e-um-ataque-direto-ao-padrao-de-vida-da-populacao>. Acesso em: 18/12/2021.

GUERRA, Alexandre et al. *Os donos do dinheiro: o rentismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

Instituto Ludwig von Mises – Brasil ("IMB"). Quem somos. s.d. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em: 15/1/2021.

IORIO, Ubitatan Jorge. A questão do ajuste fiscal: somos economistas ou contadores? – e o que deve ser feito. *Mises Brasil*. 2/6/2016. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2421/a-questao-do-ajuste-fiscal-somos-economistas-ou-contadores--e-o-que-deve-ser-feito>. Acesso em: 17/12/2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Casal. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Mises Academy. Disponível em: <https://conteudo.mises.org.br/direito-politica-liberalismo>. Acesso em: 17/12/2021.

MISES, Ludwig Von. *A ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig Von. *As seis lições*. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MUELLER, Antony; MURPHY, Robert. Por que a bolsa de valores e os especuladores são cruciais para uma economia. *Mises Brasil*. 29/5/2021. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2967/por-que-a-bolsa-de-valores-e-os-especuladores-sao-cruciais-para-uma-economia>. Acesso em: 18/12/2021.

PAGOT, Rhaíssa; JARDIM, Emmanuel Brandolff. Os Brics frente aos Estados Unidos após a crise financeiro de 2008. Alternativa a uma hegemonia declinante? *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 17. n.2, p. 128-150. Jul./dez. 2014.

PAI, Raphael Almeida Dal. "Imposto é roubo; Estado é quadrilha": o instituto Ludiwig von Mises Brasil e o Estado. *Revista Interdisciplinaria de Estudos Sociais*. Buenos Aires, n. 18, jul./dez. de 2018, p. 39-60.

PAI, Raphael Almeida Dal. A teoria "anarco" capitalista segundo artigos publicados no site do Instituto von Mises Brasil (IMB) e a noção libertária do anarquismo. *Temporalidades*. Belo Horizonte – MG, v. 10, n. 1, maio/ago. de 2018.

PAI, Raphael Almeida Dal. *O Instituto von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2017.

PRADO, Gustavo dos Santos. *A Nova República sem máscara: uma interpretação do Brasil às vésperas do bicentenário da independência*. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

ROCHA, Camila. *"Menos Marx, Mais Mises": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROCKWELL, Lew. Por que ser um anarcocapitalista. *Mises Brasil*. 18/11/2014. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1973/por-que-ser-um-anarcocapitalista>. Acesso em: 17/12/2021.

ROQUE, Leandro. A ficha ainda não caiu em Brasília. *Mises Brasil*. 3/4/2009. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/262/a-ficha-ainda-nao-caiu-em-brasilia>. Acesso em: 17/12/2021.

ROQUE, Leandro. Economia brasileira: água ou galinha? – Aprendendo a prever os ciclos econômicos. *Mises Brasil*. 1/3/2018. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2852/economia-brasileira-aguia-ou-galinha--aprendendo-a-prever-os-ciclos-economicos->. Acesso em: 18/12/2021.

ROQUE, Leandro. O resultado de nossa prematura socialdemocracia: recessão prolongada e contas públicas calamitosas. *Mises Brasil*. 24/5/2019. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3021/o-resultado-de-nossa-prematura-social-democracia-recessao-prolongada-e-contas-publicas-calamitosas>. Acesso em: 17/12/2021.

ROQUE, Leandro. Os quatro nós que Bolsonaro e sua equipe terão de desatar. *Mises Brasil*. 1/1/2019. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2957/os-quatro-nos-que-bolsonaro-e-sua-equipe-terao-de-desatar>. Acesso em: 17/12/2021.

ROTHBARD, Murray N. *O essencial von Mises*. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto von Mises Brasil, 2010.

SAMIS, Alexandre. Introdução. In: KROPOTIKIN, Piitr Alekseievitch. *O princípio anarquista e outros ensaios*. Tradução e organização de Plínio A. Côelho. São Paulo: Hedra, 2007.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

ULRICH, Fernando. O que deu errado no Brasil em 2012 e o que está por vir. *Mises Brasil*. 28/12/2012. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/1492/o-que-deu-errado-no-brasil-em-2012-e-o-que-esta-por-vir>. Acesso em: 17/11/2021.

VICENTE, Maximiliano Martin. *A crise de bem-estar social e a globalização: um balanço*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

#### DADOS DE AUTORIA

Gustavo dos Santos Prado

Mestre e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Ensino de Geografia (Universidade Estadual de Londrina/ UEL). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Professor no Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG - Cascavel/ PR); e na Faculdade Dom Bosco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9710-6455>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5929246148184917>. E-mail: [gspgustavo.historia@hotmail.com](mailto:gspgustavo.historia@hotmail.com)